

Jornalismo e esclarecimento: um cotidiano exercício de suspensão¹

Sylvia Moretzsohn²

Resumo: *Este artigo aponta o dilema, talvez permanente, que envolve o ideal de esclarecimento do jornalismo confrontado com as condições de produção dominantes e com o processo de naturalização dos fatos inerente à estrutura da vida cotidiana, que confunde fenômeno com processo. Assumindo a fundamentação dessa prática profissional como uma forma de conhecimento, a análise concentra-se na questão do cotidiano, adotando a perspectiva ontológica de Lukács e seu conceito de “suspensão da cotidianidade” como premissa do trabalho de reflexão, indispensável no processo de esclarecimento com o qual o jornalismo está historicamente comprometido. Assim, busca na própria tensão vivida pelo jornalismo um caminho de mudança e sugere que, se o esclarecimento exige a desnaturalização dos fatos, o jornalismo, que por definição se desenvolve no cotidiano, terá de realizar um cotidiano exercício de suspensão para cumprir seu ideal.*

Palavras-chave: *Jornalismo e cotidiano; jornalismo e esclarecimento; jornalismo e senso comum*

Uma célebre definição de Hegel – “o jornal é a oração matinal do homem moderno” – talvez seja a melhor síntese dos vínculos entre jornalismo e cotidiano. Tais vínculos não são propriamente novidade no que diz respeito ao papel das notícias, que, a rigor, sempre circularam por diferentes formas e meios e sempre fizeram parte do dia-a-dia das sociedades, ao longo da história. Mas a referência ao jornal é importante por demarcar uma época em que a produção e transmissão de informações começou a se tornar sistemática, estabelecendo-se progressivamente como uma atividade periódica subordinada a rotinas industriais e ocultando eficazmente o processo produtivo – e os interesses aí envolvidos – para integrar-se à vida cotidiana no capitalismo. Associada ao “século das Luzes”, a referência é ainda mais relevante, porque indica o compromisso de “esclarecer os cidadãos” próprio daquele período, mas que fundamenta e justifica o jornalismo até hoje, apesar das profundas transformações por que essa atividade vem passando desde então.

A propósito, a remissão a um ensaio de Kant, de 1784 (2003), é exemplar: ali, o filósofo define o esclarecimento como a saída do homem de sua menoridade, isto é, de sua incapacidade de pensar por si mesmo. Daí a expressão “*sapere aude!*” (“ousa conhecer!”), ao mes-

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

² Universidade Federal Fluminense. E-mail: sylviamoretz@uol.com.br

mo tempo uma convocação e uma síntese do apelo à razão que caracterizava o espírito da época, igualmente marcado pelo ideal de visibilidade, aliás incontornável nas metáforas que remetem incessantemente à idéia de luz (iluminismo, *enlightenment*) e clareza (o “tornar claro” de esclarecimento, *Aufklärung*). Por isso Rouanet (*in* Novaes, 1993, p. 147) sugere outra expressão, “*videre aude!*”, como complemento para o lema kantiano: “ousar ver e ousar saber”, diz o filósofo brasileiro, “são as duas leis da cidade iluminista”.

Ora, oferecer informações confiáveis para que o público tire suas próprias conclusões (isto é, para que possa pensar por si) é justamente um dos postulados clássicos que o jornalismo preserva – embora, é claro, seja mais uma boa intenção permanentemente frustrada, o que deveria sugerir o caráter ideológico oculto por trás dessa aparente imparcialidade. E, em plena “Idade Mídia”, o ideal de visibilidade estaria perfeitamente justificado, caso não derivasse para a superexposição que substitui a cegueira pela treva à cegueira pelo excesso de luz. O que, entretanto, não dá no mesmo, porque a luz em excesso sugere o pleno acesso à informação, que a treva escondia: assim, diante do que estava oculto, podíamos ser levados a saber que ignorávamos, e com isso despertar para a necessidade de saber; agora, pela aparência da visibilidade total, somos levados a ignorar que não sabemos, e nos consolamos nessa ilusão de saber.

Neste ensaio, procuro reunir argumentos para apontar o dilema, talvez permanente, que envolve o ideal do jornalismo como esclarecimento confrontado com as condições de produção dominantes e com o processo de naturalização dos fatos inerente à estrutura da vida cotidiana. Assumindo a fundamentação dessa prática profissional como uma forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992, 1997) resultante de procedimentos através dos quais o jornalismo “ousa conhecer” de uma maneira específica, concentro-me na questão do cotidiano, adotando a perspectiva ontológica de Lukács, que fornece um conceito fundamental para a formulação aqui sustentada: o de “suspensão da cotidianidade” como premissa do trabalho de reflexão, indispensável no processo de esclarecimento com o qual o jornalismo está historicamente comprometido. Assim, procuro sustentar a hipótese de que, se o esclarecimento exige a desnaturalização dos fatos, o jornalismo, que por definição se desenvolve no cotidiano, terá de realizar um cotidiano exercício de suspensão para cumprir seu ideal.

A escolha dessa linha teórica, que foge da recorrente abordagem fenomenológica consagrada por Schutz (1962) e identificável, entre outros, em De Certeau (1994) e Martín-

Barbero (2001), decorre da concordância com a crítica de Lukács (*apud* HOLZ *et al*, 1969, p. 117) à fenomenologia, que vê “nos *estados* uma forma de existência ontologicamente irreduzível, quando a real forma da existência é o *processo*”. O argumento remete à análise de Marx segundo a qual “a característica essencial do fenômeno é que nele o processo desapareceu”, de tal modo que as relações sociais *parecem* ser tais como *aparecem*. Pretendo demonstrar que aí se localiza um ponto de tensão permanente para o jornalismo, mas que é também a partir dessa tensão que se poderá identificar um caminho de mudança.

Lukács e a dialética do cotidiano

Nas obras que expressam o amadurecimento de seu trabalho teórico, Lukács (1974, 1979) aponta o *trabalho* como categoria fundante do ser social, mas ao mesmo tempo insuficiente para defini-lo completamente: pois, se é através do trabalho que o homem modifica a natureza – e por isso é um ser que não se reduz a ela –, nesse processo ele também cria novas necessidades, e o que distingue o homem das demais espécies é a ausência de um sistema fixo de necessidades. Daí a conclusão de que, mais do que um ser do *trabalho*, o homem é um ser da *práxis*. Assim, Lukács reelabora o conceito de Marx segundo o qual os homens fazem sua própria história, porém não nas condições que escolheram – em suma, que a sociedade é uma síntese única e específica de causalidade e teleologia, de necessidade e liberdade –, e define o homem como “um ser que dá respostas”:

Um ser que dá respostas é um ser que reage somente às alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva. Mas, fazendo isso, este ser abstrai certas tendências contidas no processo espontâneo para transformá-las em perguntas e encontrar para elas uma resposta. Por isso, esta reação não é puramente espontânea. Um leão, ao devorar um antílope, constitui um processo puramente biológico, no qual não está presente qualquer *alternativa*. Quando, ao contrário, o homem, através de seu trabalho, eleva à abstração sua relação de intercâmbio com o ambiente para fazer dela um problema ao qual deve ser dada uma resposta, esta *alternativa* é inserida no processo histórico. (LUKÁCS, *apud* HOLZ *et al*, 1969, p. 132).

A vida cotidiana seria justamente “o alfa e o ômega” dessas respostas: embora pareça ser o lugar de ausência da história – o ambiente em que “nada acontece”, em que tudo aparentemente segue seu ritmo na sucessão banal dos dias –, o cotidiano é, de fato, segundo Lukács, um dos níveis constitutivos do histórico: é, por isso, *insuprimível* – não há sociedade sem cotidianidade –, mas em cada sociedade e em cada época a vida cotidiana realiza-se em ritmos e comportamentos distintos.

Para traduzir a importância e o papel dessa esfera da vida numa imagem clara, Lukács (1974, p. 45) utiliza a metáfora da cotidianidade como um grande rio, ao mesmo tempo fonte

e desaguadouro das “formas superiores de recepção e reprodução da realidade” (a ciência e a arte), pois é das demandas práticas do cotidiano que elas partem, e é a esse leito que retornam, enriquecendo-o.

A descrição das características do cotidiano é semelhante à de Schutz: a imediaticidade, que se traduz na relação direta entre pensamento e ação, e o absoluto pragmatismo, resultante da necessidade de respostas funcionais às situações rotineiras através de condutas automáticas e espontâneas – o que, num outro campo teórico, Bourdieu (1990) chamará de *habitus* –, num quadro de previsibilidade sem o qual seria impossível a produção e reprodução da vida. É também o que marca a heterogeneidade das condutas cotidianas, que solicitam do indivíduo o emprego de *todas as suas forças*, dispersivamente – por exemplo, quem caminha pela rua precisa estar atento a uma série de movimentos em torno, quem dirige um carro ocupa-se com o próprio carro, com o trânsito em volta, com a sinalização, o movimento dos pedestres, etc. Da mesma forma, o vínculo imediato entre pensamento e ação faz coincidir o critério do que é correto (ou útil) com o que é verdadeiro. Para ficar no mesmo exemplo, ninguém precisa conhecer mecânica para conduzir um carro: basta saber operar adequadamente os elementos que o fazem movimentar-se e, evidentemente, conhecer as leis do trânsito para evitar catástrofes.

Esta “vida como ela é” é o reino das aparências, do mundo tomado como evidente. Sugerir que esse mundo possa ser diferente – e aqui se demarca a singularidade da dialética lukacsiana – exige a suspensão da heterogeneidade e a adoção de um comportamento no qual o indivíduo empregue não *todas as suas forças*, mas *toda a sua força*, num processo de homogeneização, ou de concentração, que conduz a uma atividade reflexiva capaz de gerar a crítica da vida cotidiana, ao retornar a ela.

Lukács aponta três expressões principais de objetivação através das quais esse processo de suspensão se realiza: o trabalho criador (não alienado, portanto), a ciência (um reflexo desantropomorfizador da realidade, voltado ao conhecimento da natureza, da sociedade e de seu intercâmbio) e a arte (um reflexo antropomorfizador, concernente ao processo de autoconsciência da humanidade).

Resta saber se o jornalismo pode revelar-se trabalho criador, apesar das rotinas de produção atuais, orientadas segundo uma lógica binária e simplificadora, crescentemente subordinada às imposições do “tempo real” e à tendência ao espetacular.

A necessidade das rotinas

A principal contradição é entre o pressuposto da atividade jornalística, cujo trabalho de esclarecimento exige uma desnaturalização dos fatos, e a tendência à naturalização que as rotinas de produção desse sistema favorecem e ajudam a legitimar, promovendo um “conhecimento do mundo” alienado não só do movimento do capital – que orienta as relações sociais na contemporaneidade – como da própria complexidade da vida social, que o ultrapassa.

Aqui se põe um problema central para a nossa hipótese: o da naturalização das rotinas de produção, conformando uma determinada maneira de se fazer jornalismo que aparece como evidente e, mais que isso, como a única possível. Tanto Bourdieu (1990) como os sociólogos que adotam a perspectiva da construção social da realidade (TUCHMAN, 1978; GANS, 1979; SCHUDSON, in CURRAN e GUREVITCH, 2000; DARNTON, 1995) já apontaram esse processo, explicando adequadamente por que o jornalismo é como é, sem entretanto acenar com alguma perspectiva de alteração desse quadro. Assim, a teoria esbarra em seus próprios limites; impotente para intervir na realidade, refugia-se em sua própria coerência interna e conforma-se com o mundo “tal qual é” ou compraz-se em denunciá-lo, e rejeitá-lo.

Talvez isso ocorra porque não se leva na devida conta o caráter necessário da naturalização das rotinas, tendo em vista as formulações de Lukács sobre a vida cotidiana: assim, da mesma forma que em qualquer atividade profissional, o jornalismo tem o seu cotidiano, no qual é preciso internalizar determinados procedimentos, do contrário o jornal não sai. No entanto, é na própria estrutura desse cotidiano – na acepção dialética lukacsiana – que se poderá buscar os elementos para a crítica prática da naturalização das rotinas – e da naturalização dos fatos, que elas carregam consigo –, sobretudo pela promessa de esclarecimento que define a atividade jornalística: trata-se justamente do processo de *suspensão da cotidianidade*. Considerando que seu objeto são os fatos imediatos do cotidiano transformados em notícias que por sua vez retornam a esse cotidiano, seria possível afirmar a particularidade do jornalismo como atividade marcada por um cotidiano exercício de suspensão, no qual o jornalista precisa empregar “toda a sua força” para realizar sua tarefa.

Aqui se encontra o primeiro problema, pois o jornalismo teria, no postulado iluminista que o orienta, a própria origem do seu dilema: lidar com a imediatez dos fatos com um distanciamento capaz de conferir-lhes sentido, lidar com a vida cotidiana com a perspectiva

de fornecer-lhe elementos de crítica. Será viável, considerando-se as condições de produção, especialmente agora, na era do “tempo real”?

É preciso algum recuo para examinar a questão. Como procurei demonstrar em trabalho anterior (MORETZSOHN, 2002), a alusão nostálgica a uma suposta “idade do ouro” do jornalismo evoca um ideal descolado das condições objetivas de produção. A rigor, desde que se configurou como atividade industrial, em meados do século XIX, o jornalismo vive sob uma permanente tensão, que freqüentemente se torna contradição, expressa no lema “*get it first, but first get it right*”, livremente traduzido no compromisso de “dar a verdade em primeira mão”: pois, entre a “verdade” – a informação verdadeira, objetiva, checada, confiável – e a velocidade – a necessidade empresarial de chegar antes do concorrente –, a “verdade” deveria ter prioridade, embora o que costuma ocorrer seja o contrário, porque prevalece a lógica da concorrência. Assim, a velocidade acaba se transformando num fetiche: a valorização da urgência na transmissão de informações cria um fluxo contínuo que tem como efeito principal “alimentar o sistema”, de modo que se consome sobretudo velocidade, e não notícias.

Porém, seria preciso considerar que esse irracionalismo representa a própria lógica do capital financeiro, que tende a estender-se a todos os domínios da vida social e rege a “máquina da informação” das grandes corporações de comunicação. E o sistema impõe, ou pelo menos favorece imensamente, a simplificação dos procedimentos para a apuração. O que confirma a análise de Gans (1979), um quarto de século atrás, a propósito dos “sempre apressados repórteres” que “não têm tempo para desenvolver um relacionamento com fontes não familiares”, capazes inclusive de lhes trazer o grave problema de “fornecer informações novas ou contraditórias que [lhes] atrapalhem a capacidade (...) para generalizar e resumir”. Nada de novo sob o Sol, salvo a luminosidade mais intensa a respeito das contradições estruturais do jornalismo produzido nesses termos.

Ora, essa simplificação de procedimentos embute uma previsibilidade no noticiário que só pode ser aceita em decorrência do processo de naturalização dos fatos, resultante de sua interpretação consagrada e banalizada no senso comum. Especialmente no caso do jornalismo, que costuma ter como álibi justamente o argumento de “dar o que pedem as audiências”, e percebe a necessidade de estabelecer comunicação com um público amplo como uma forma de simplificar o que é complexo.

Retornemos, porém, às questões de estrutura: produzindo em ritmo industrial, inserido na mesma lógica do espetáculo e do “tempo real” da qual o campo midiático é o principal agente, o jornalismo é uma atividade alienada como qualquer outra sob o capitalismo, embora apareça, ao contrário, como referencial de esclarecimento. Como, então, falar em “suspensão da cotidianidade”, se o conceito só se aplicaria ao trabalho criador, à ciência e à arte?

Uma princípio de resposta poderia estar em outra pergunta: a estrutura que impõe o trabalho alienado será de tal forma tentacular que impede a expressão do trabalho criador dentro dela mesma? Se fosse, nenhuma alternativa seria possível hoje, nesta “idade avançada do monopólio”, quando “a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual” (NETTO, *in* NETTO e FALCÃO, 1987, p. 86), e mesmo o apelo ao materialismo dialético seria de um idealismo contraditório à própria teoria. Por isso é importante ressaltar que esse diagnóstico é uma tendência do capitalismo contemporâneo, cujo caráter opressivamente tentacular é entretanto incapaz de realizar-se integralmente, deixando sempre alguma fresta por onde o discurso crítico pode penetrar.

É justamente por isso que a perspectiva de uma transformação das bases em que se desenvolve a vida social deve permanecer no horizonte – embora a conjuntura atual não permita maior clareza a esse respeito –, mas se toda transformação resulta de um processo, é desse processo que devemos tratar aqui.

Então, afirmar que o jornalismo é um cotidiano exercício de suspensão é formular uma definição para o plano ideal dessa atividade herdeira do iluminismo. Mas, se todo sistema tem fissuras, é justo supor a possibilidade de momentos em que essa suspensão ocorra, e que, nos seus limites, possa representar a realização desse ideal. Sobretudo no caso do jornalismo, defrontado com uma contradição permanente entre seu propósito de esclarecimento e uma prática submetida a rotinas que conduzem à alienação, o que obriga o jornalista a interrogar-se – ou, mais propriamente, a ver-se interrogado – sobre o sentido do seu trabalho.

(Aqui é importante abrir um parêntesis para sublinhar a ressalva; pois, de fato, como diversos estudos na área da sociologia do jornalismo já constataram, os jornalistas como categoria profissional tendem a buscar argumentos que justifiquem por que as coisas são como são, embora não deveriam ser assim. Então desfiam-se os eternos argumentos sobre a “falta de tempo” para pensar e/ou sobre os constrangimentos do “mercado” – que tanto pode ser o “poder econômico” como o público – que “infelizmente” impedem a realização satisfatória do

trabalho. Isso quando não se abandona francamente todo elemento de crítica – e autocrítica –, inevitavelmente causador de perturbação e mal-estar para o progresso numa carreira configurada à imagem e semelhança de qualquer atividade executiva [pós]moderna. O elemento perturbador da crítica permanece, porém, e esse constrangimento externo é fundamental para o incentivo a atitudes de resistência no interior do campo do jornalismo).

Pelas frestas do sistema

Haveria inúmeros exemplos a dar, mas essa exposição resultaria provavelmente num detalhamento excessivo que conduziria a um mesmo lugar. Por isso concentro-me num caso específico, de especial significado por expressar o trabalho do repórter na situação-limite do cenário de guerra:

Colocado no centro de um vasto pátio imerso na obscuridade, o *plâteau* das transmissões ao vivo adquire a dimensão psicológica de um palco, que aliás se acentua quando os projetores se acendem. Pessoalmente, incluo-me entre os ‘*true believers*’, aqueles que ainda acreditam que é possível ser autêntico, esclarecer pela investigação e o aprofundar dos temas. Estou sinceramente convicto de que o público não está apenas distraído e seduzido pelo brilho estonteante das luzes da ribalta. E sabe distinguir quando essa autenticidade, esse esforço de conhecimento existe ou não. Quando ele é real, a comunicação acontece. É esse o sentido que procuro sempre imprimir ao meu trabalho. De contrário, não valeria a pena.

Mas também não sou insensível ao lado espetacular que é próprio da televisão, que procuro aliás utilizar para captar a atenção de quem nos vê. Por isso estou aqui, com este blusão de couro castanho, que se recorta e se insere bem no cenário da noite afegã iluminado pelos projetores. Até certo ponto, tenho que admiti-lo, também sou ator...

‘*Gotov?*’ – Preparado? A interjeição do operador de câmara russo que assegura o boletim ao vivo interrompe-me o pensamento e chama-me à realidade. A ligação com Lisboa foi estabelecida, já tenho no auricular o som do telejornal, resta esperar que me chamem. Passo rapidamente em revista o que tenho para dizer (FINO, 2003, p. 63-64).

Se o repórter fez essas reflexões naquele momento, ou apenas no processo de elaboração de seu livro, é algo que apenas ele será capaz de responder. De todo modo, é notável a referência à “interrupção do pensamento” para atender ao “chamamento à realidade” identificado à necessidade imediata de atender à demanda da presença ao vivo. Porém esta será talvez apenas uma armadilha do estilo: aquela reflexão sobre o seu próprio papel como jornalista herdeiro do iluminismo e ao mesmo tempo meio ator que precisa cuidar da aparência, da postura, da entonação e do cenário, revela uma consciência que se reflete, ou tende a refletir-se, no atendimento à demanda para a informação ao vivo. “Passo rapidamente em revista o que tenho para dizer”: é portanto claro que o que se tem para dizer foi objeto de reflexão anterior.

É o que permite ao jornalista contrariar o âncora do Telejornal (o noticiário noturno da RTP 1) após reportagem de um colega apresentando alguns dos 900 carros de luxo já degradados na garagem dos filhos de Saddam Hussein, depois da invasão de Bagdá:

José Alberto de Carvalho (com um sorriso irônico) – Então, Carlos Fino, depois dessas imagens, o que mais o regime de Saddam tem a revelar-nos?

Carlos Fino – Bem, Zé Alberto, é preciso não esquecer que estamos no Médio Oriente, e o luxo de Saddam é semelhante ao dos poderosos no Kuwait ou na Arábia Saudita, portanto é preciso contextualizar a informação, trata-se de um evidente abuso para os padrões ocidentais, mas não é nada surpreendente para esta região... (RTP 1, 2003).

Essa contestação sobressai no contexto em que a histeria midiática anti-Saddam levava o noticiário de várias emissoras – inclusive o da Globo – a sublinhar como escandalosos certos hábitos dos filhos do presidente iraquiano, como a manutenção de um zoológico particular, a coleção de armas e até de revistas pornográficas. Isto é, além de assassinos, ainda eram tarados. Mudando-se o contexto, tais hábitos seriam vistos simplesmente como excentricidades passíveis de serem noticiadas como *faits-divers*, como tantas vezes o foram.

No livro em que relata e questiona sua experiência mais recente como repórter de guerra, Fino (2003, p. 7) explicita seu envolvimento com o processo de trabalho:

É uma atividade tão esgotante, esta, que uma vez enviado o trabalho poucas energias restam. Opera-se, no processo, como que uma transferência de alma do repórter para a reportagem – a exemplo do que, como ensina Camões, acontece entre o amador e a coisa amada. Fica-se exausto, sem forças para pensar em mais nada.

Está aí um exemplo de suspensão, não pelo grau de concentração que o trabalho exige, mas pelo que essa concentração expressa como objetivação da reflexão do autor. Não é casual que o mesmo jornalista refira-se a uma reportagem como “uma renda de bilros”, revelando aí o esforço de introduzir cuidados artesanais na linha de montagem das notícias. E é também isso que lhe justifica o protesto quando seu trabalho não é aproveitado: “cada vez que vocês não emitem um trabalho que faço, é como se jogassem um pedaço de mim ao lixo!” (FINO, 2003, p. 261).

Na esteira do prestígio que alcançou por ter sido o primeiro repórter a informar sobre o início do bombardeio americano a Bagdá, em 2003, Carlos Fino participou de uma série de debates no Brasil e, num deles, foi confrontado com a questão da espetacularização da notícia. Respondeu com outra pergunta:

Como transmitir o horror da guerra? Como é que damos o horror da guerra sem imediatamente sermos acusados de estarmos a comungar da sociedade do espetáculo e a explorar o sentimento alheio? Eu vou pôr a mão que vi decepada no mercado de Bagdá quando os americanos provocaram mais uma vítima colateral? Ponho a mão para provocar desgosto e repulsa ou escondo essa imagem, não a edito, para não ferir os sentimentos das pessoas? (FINO, *in* MORETZSOHN, 2003).

Na seqüência, colocou uma questão de fundo: se a espetacularização é hoje a linguagem da mídia, e da televisão em particular, é preciso tentar buscar o equilíbrio entre o espetáculo, sem o qual não se atrai a atenção do público, e a informação, sem a qual o jornalismo não tem razão de ser. O jornalista estaria, então, diante do desafio de preservar sua capacidade de oferecer resistência à voracidade da máquina midiática na qual está inserido como profissional, recuperando a idéia de que uma redação de jornal é um campo de luta.

Porém, para ficarmos neste exemplo emblemático de uma situação extrema, não se tratará apenas de indagar quanto à possibilidade de transmissão do horror, o que remeteria a uma discussão talvez interminável relativa à capacidade reveladora das imagens chocantes – se de fato ainda conseguiriam chocar, num mundo saturado de apelos visuais; é preciso considerar a perspectiva de apontar as razões da guerra.

A propósito, um artigo do jornalista Milton Coelho da Graça (2003) à época das guerras civis em Serra Leoa e na Libéria permite antever, na exploração cinematográfica do texto, a possibilidade dessa revelação através de imagens:

A origem dos milhares de mortos nas guerras civis de Serra Leoa e Libéria está bem no centro da linda cidade belga de Antuérpia, o imponente edifício do Diamond High Council, que reúne todas as empresas, associações e sindicatos ligados à produção e distribuição de diamantes, um negócio que, em termos mundiais, vale cerca de 60 bilhões de dólares.

A Bélgica importou da Libéria 31 milhões de quilates entre 1994 e 1998, embora a produção liberiana tenha sido no máximo de 150 mil quilates por ano. Como se explica essa milagrosa multiplicação por 40 dos diamantes liberianos? Simples. Na verdade, a maior parte veio de Serra Leoa, para onde contrabandistas levam armas e compram pedras em estado bruto por um preço 12 ou 15 vezes menor do que os US\$ 270 dólares de valor médio que aparece nas faturas legais. E ninguém tem dúvida de que o Diamond High Council deitou e rolou nesse meio, da mesma forma como no Congo, em Angola e em todos os lugares da África onde houve pedrinhas brilhando e gente brigando.

(...)

No entanto,

os jornais e emissoras de TV (...) informam o número de vítimas, mostram uma porção de gente dando tiros ou correndo para cá e para lá, cadáveres por todos os lados, as promessas do presidente Charles Taylor, as promessas do presidente Bush, mas ninguém mostra o edifício em Antuérpia nem o porquê de toda essa tragédia.

(...) Mesmo BBC e CNN estão apresentando um noticiário pobre e condicionado pela idéia de que toda a violência na África decorre de tribalismo, ódios étnicos e outros estereótipos herdados do velho colonialismo.

É escusado indagar se o veterano jornalista que faz esse tipo de crítica agia em conformidade com ela no tempo em que estava em posição privilegiada para fazê-lo, na qualidade de chefe de uma das mais importantes redações do país. Importa, sim, aproveitar a sugestão para vislumbrar uma edição que apresentasse as imagens e as razões do horror: as cenas de pânico, os tiroteios, a devastação nas ruas, e os diamantes nas vitrines das joalherias e no colomacio e suave de mulheres sedutoras, e o luminoso edifício na velha cidade europeia ao abrigo da violência. Noutras palavras, a expressão da violência silenciosa do capital que automaticamente se apaga e se traveste como “tribalismo, ódios étnicos e outros estereótipos herdados do velho colonialismo”, isto é, como se resultasse de um conflito circunscrito aos próprios subalternos. Mas é claro que esse exercício de imaginação esbarra nos interesses que orientam as próprias empresas jornalísticas, o que coloca enormes dificuldades, quando não impossibilidades, para realizar-se.

São exemplos práticos que ajudam a fundamentar o argumento de que o jornalismo vive em permanente tensão entre seu compromisso de esclarecimento, que exige uma desnaturalização dos fatos, e a tendência à naturalização que as rotinas de produção e as expectativas do público favorecem e ajudam a consolidar. Portanto, não será exagero dizer que a perseguição do ideal do jornalismo representa um permanente enfrentamento da lógica imposta por essas rotinas e a busca de um discurso capaz de alterar aquelas expectativas.

O permanente jogo de luz e sombra

Trata-se, a rigor, de demonstrar o que deveria ser óbvio: que os fatos não são o que parecem. Porém, o processo cotidiano de naturalização nos leva a pensar justamente o contrário. Necessariamente articulado ao senso comum, o jornalismo contribui decisivamente para sedimentar essa percepção equívoca, cujo sentido ideológico é indiscutivelmente adequado à manutenção do mundo “tal qual é”, tão de acordo com os objetivos das grandes corporações midiáticas.

Esse quadro resulta de uma questão de fundo, característica da vida cotidiana: a percepção – e atomização – do mundo como *fenômeno*, que encobre a concepção totalizadora do mundo como *processo*. É esta a questão que tensiona permanentemente o jornalismo, porém é através dessa tensão que se pode identificar um caminho de mudança. Pois é precisamente por

estar referido ao cotidiano e por legitimar-se socialmente através do ideal iluminista de esclarecimento que o jornalismo se singulariza entre as demais atividades: se “esclarecer” exige a desnaturalização dos fatos, resultante do processo de suspensão da cotidianidade, e se o jornalismo se desenvolve no cotidiano, então ele terá de realizar um cotidiano exercício de suspensão, ou estará traindo seu ideal.

O discurso recorrente que apresenta o jornalismo como prisioneiro de si mesmo acaba reiterando essa traição, na medida em que repete um interminável *mea culpa* sobre as promessas não cumpridas ao mesmo tempo que mantém uma prática incontornavelmente alienante, como no lamento de quem prevê o próprio destino sem poder mudar-lhe a sorte.

Porém, diferentemente da poesia que revela a angústia da impotência diante do inevitável, o jornalismo, como criação humana, não está fadado a qualquer sina.

Procurei demonstrar que, sem descurar de uma perspectiva mais ampla de transformação social – ou mesmo em nome dela –, essa sorte pode e deve começar a ser mudada no dia-a-dia da profissão. Se assim não fosse, estaríamos condenados a aguardar eternamente por um momento de ruptura para o qual entretanto não estaríamos compelidos a contribuir, conformados à condição de peças de uma engrenagem que funcionaria independentemente de nosso desejo e confiantes em que as contradições dessa mesma engrenagem fizessem por nós o serviço.

Não se trata de assumir, porém, como ocorre tantas vezes, a postura idealista que apela simplesmente aos atos de vontade, como se o jornalista empreendesse uma luta quixotesca contra o sistema e a alienação no meio profissional. Trata-se, ao contrário, de reconhecer os constrangimentos impostos por uma estrutura que entretanto jamais consegue conformar integralmente o processo produtivo. É por essas fissuras que o discurso crítico penetra, e é por isso que se pode enxergar – e mesmo identificar em alguns exemplos práticos – alguns momentos em que o jornalismo nega o caráter alienante que configura o trabalho sob o capitalismo e se revela trabalho criador, apesar das condições em que se desenvolve: trabalho resultante do processo de suspensão da cotidianidade, capaz de levar à reflexão e de fornecer, no movimento de retorno ao cotidiano, elementos que contribuam para um novo senso comum.

É nesse sentido que se poderá assumir o ideal iluminista de ousar saber e ousar ver, com a consciência de que esse processo será sempre um jogo de luz e sombra, que simultaneamente encobre e revela. É este o limiar do jornalismo, essa “profissão de fronteira”, que Car-

los Fino (2003: 259-260) sintetizou com rara sensibilidade ao refletir sobre a cena em que se despedia da colega com quem conviveu durante a cobertura da invasão americana ao Iraque: “Quando a acompanho à porta – vela dentro de um copo para não se apagar – e a vejo afastar-se no corredor, iluminando as trevas e ao mesmo tempo sendo devorada por elas, pensei que talvez estivesse ali a imagem perfeita da nossa própria profissão”.

Referências

BECKER, B. Homer Simpson: o protagonista (in)visível dos 35 anos do Jornal Nacional, *in* MEDITSCH, Eduardo (org.), **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 2, nº 1. Florianópolis: UFSC, julho de 2005, p. 109-121.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COELHO DA GRAÇA, M. Jornalismo que não explica por quê, *in* www.comunique-se.com.br, 29 de julho de 2003. Acesso em 30 de julho de 2003.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FINO, C. **A guerra ao vivo**. São Paulo: Verbo, 2003.

GANS, H. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Nova Iorque: Pantheon, 1979.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HOLZ, Hans H., KOFLER, L. e ABENDROTH, W. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969

KANT, I. (1784). Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?. Disponível em <http://gutenberg.spiegel.de/kant/aufklae/aufkl001.htm>. Acesso em 3 de junho de 2004.

LUKÁCS, G. **Estética**, vol. 1. Barcelona: Grijalbo, 1974

_____. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e cidadania. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2001.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

_____. O jornalismo é uma forma de conhecimento?. Conferência proferida nos cursos de verão da Arrábida, Portugal, setembro de 1997

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro, Revan (no prelo).

_____. **Jornalismo em “tempo real”**. O fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002 (a).

_____. Como se transmite o horror da guerra?. Edição do debate com Carlos Fino, in **Aliás especial**. Niterói: Iacs/UFF, março de 2003.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana, in NETTO, J. P. e FALCÃO, M. do C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987, p. 64-93

ROUANET, S. P. “O olhar iluminista”, in NOVAES, Adauto. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 125-148.

SCHUDSON, M. The Sociology of News Production Revisited (again), in CURRAN, James e GUREVITCH, Michael (orgs), **Mass Media and Society**. Londres: Arnold, 2000, 175-200.

SCHUTZ, A. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1962

TUCHMAN, G. **Making News**. A Study in the Construction of Reality. Nova Iorque: The Free Press, 1978.